

# REFLEXÕES SOBRE A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FOZ DO RIO DOCE: UM OLHAR A PARTIR DA ECOLOGIA POLÍTICA

Avance de investigación en curso

GT 15: Medio ambiente, sociedad y desarrollo sustentable

Flávia Amboss Merçon Leonardo  
(Universidade Federal do Espírito Santo)

## RESUMO:

Este paper contempla reflexões acerca da emergência de conflitos relacionados às diferentes apropriações e usos do ambiente marinho e costeiro na localidade de Regência Augusta-ES (distrito do município de Linhares-ES) tendo em vista a proposta da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz Do Rio Doce. Diante do exposto, propõem-se, a partir de um referencial teórico da Ecologia Política, realizar um debate acerca da proposta de criação da Unidade de Proteção em questão. Para isso foram mapeados os agentes envolvidos, os interesses e racionalidades que imperam entre os diferentes agentes, e os conflitos que ocorrem devido a esses diferentes interesses em relação ao uso do ambiente costeiro.

**Palavras-chave:** Unidade de conservação, Regência Augusta, pesca artesanal.

## INTRODUÇÃO

O paper em questão tem o intuito de refletir acerca da emergência de conflitos relacionados às diferentes apropriações e usos do ambiente marinho e costeiro na localidade de Regência Augusta-ES (distrito do município de Linhares-ES) tendo em vista a proposta da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz Do Rio Doce. É importante destacar que, até o momento de elaboração deste paper, a reserva em questão ainda não havia sido implantada, faltando a realização da fase de consulta pública.

A referida reserva faz parte de um pacote maior de Políticas Ambientais Nacionais elaboradas para a região de Abrolhos – que está localizada entre o sul do Estado da Bahia e o norte do Espírito Santo, estendendo-se desde a foz do rio Jequitinhonha, até a foz do rio Doce. A região é um mosaico de habitats incluindo manguezais, bancos de algas calcárias, fundos inconsolidados e recifes de corais, formando a maior área recifal e com a maior biodiversidade do Atlântico sul<sup>1</sup>.

Assim, a proposta é a criação/ampliação de quatro Unidades de Conservação na região de Abrolhos: 1) Ampliação do Parque Nacional Marinho (PARNAM) de Abrolhos; 2) Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banco de Abrolhos; 3) Criação do Refugio da Vida Silvestre (REVIS) Baleia Jubarte; 4) Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável das Foz do Rio Doce.

Enquanto delimitação da pesquisa, nosso recorte se dá, portanto, na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce. Diante do exposto, propõem-se, a partir de um referencial teórico da Ecologia Política, realizar um debate acerca da proposta de criação da Unidade de Proteção em questão. Para isso foram mapeados os agentes envolvidos, os interesses e racionalidades

---

<sup>1</sup> Relatório técnico: Proposição de Unidades de Conservação na Região de Abrolhos - Levantamento e sistematização de informações para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce – ES (2007).

que imperam entre os diferentes agentes, e os conflitos que ocorrem devido a esses diferentes interesses em relação ao uso do ambiente costeiro na localidade.

## O CENÁRIO

O distrito de Regência Augusta-ES está situado no litoral sul do município de Linhares<sup>2</sup> (cerca de 60 km da sede do município e 125 km, ao norte, da capital do estado do Espírito Santo). Com apenas 40 hectares, é uma região que possui uma bela paisagem natural preservada, onde se destacam a vegetação de restinga, o mar caracterizado por ondas fortes e o rio Doce<sup>3</sup>. A região situa-se na margem sul da foz do rio Doce e ao norte faz fronteira com a Reserva Biológica de Comboios<sup>4</sup> (PDIS Comboios, 2002).

Regência Augusta-ES possui destaque nacional com o trabalho de preservação de tartarugas marinhas, no qual o Projeto Tamar<sup>5</sup> - Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas – é responsável. Nesta localidade desovam, principalmente, duas espécies de tartarugas marinhas: a *Caretta caretta* conhecida popularmente por cabeçuda e localmente por *careba* e a *Dermochelys coriacea*, tartaruga gigante ou de couro e localmente chamada de *careba* mole (relação apresentada ao tipo específico de carapaça, que é mais mole). Esta última, por desovar com frequência na praia de Comboios, possibilitou a notoriedade do distrito no cenário nacional de preservação ambiental (TAMAR, 2007).

Atualmente, conta com uma base e um centro ecológico, referentes ao Projeto Tamar, que existem na localidade desde 1982. Contudo, é importante salientar que desde os anos de 1940 a região já havia sido identificada como um celeiro de tartarugas marinhas, o que incentivou os estudos e pesquisas para a preservação da região e posteriormente a criação de uma área de preservação na localidade.

Nesse sentido, o local possui ainda uma ampla vegetação de restinga preservada, onde está localizada atualmente a Reserva Biológica de Comboios, que foi criada em 1984. Através de análise documental constatamos que os interesses pela preservação dessa área iniciou-se ainda nos anos 50, quando pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz declararam esta área como um dos mais importantes remanescentes de restinga do Brasil, sendo então, a área decretada como reserva para fins de constituição do Parque Ecológico da Região Leste, pelo governo do Estado do Espírito Santo<sup>6</sup> (IBAMA, 1997).

Nos anos 70, houve uma grande pressão, por parte da imprensa capixaba, especialmente do ambientalista Augusto Ruschi, para o repasse da área a União, tendo em vista as denúncias que haviam de ocupações irregulares na região, além de desmatamento e extração de recursos naturais. Assim que

<sup>2</sup> O município de Linhares está localizado na costa norte do estado do Espírito Santo (sendo 106,8 Km a distância da capital Vitória), possui uma área de 3.460,3 Km<sup>2</sup>, sua população corresponde a 141.306 habitantes, sendo que 86% estão localizados em área urbana. Em relação aos aspectos sociais, o município possui um IDH médio, que corresponde a 0,724 e o índice de Gini está em torno de 0,52. (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013).

<sup>3</sup> O Rio Doce possui uma área abrangente de 83.400 km<sup>2</sup>, dos quais 86% correspondem ao estado de Minas Gerais e 14% correspondem ao Espírito Santo. O rio nasce nas “serras do Complexo do Espinhaço e da Mantiqueira, no Estado de Minas Gerais e percorre 853 km, desde o rio Piranga até o Oceano Atlântico, Município de Linhares — povoado de Regência (ES)”. (Plano de Manejo Da Reserva Biológica de Comboios, 1997).

<sup>4</sup> A Reserva Biológica de Comboios foi criada em 1984, pelo Governo Federal, através do Decreto 90.222, com o objetivo de preservar as tartarugas marinhas. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ela é enquadrada na categoria de proteção Integral, não sendo permitido nenhum tipo de moradia nem uso extrativista na região.

<sup>5</sup> O Projeto Tamar-ICMBio foi criado em 1980, pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, que mais tarde se transformou no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. Hoje, é reconhecido internacionalmente como uma das mais bem sucedidas experiências de conservação marinha. Atualmente o Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas, é executado pelo Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas – Centro TAMAR – vinculado à diretoria de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio, órgão do Ministério do Meio Ambiente.

<sup>6</sup> Decreto nº 1953 - 1.376, de 22 de junho de 1953.

as terras foram repassadas para o governo federal, a área foi instituída como Reserva Biológica de Comboios, com o objetivo de proteger as tartarugas marinhas e seus locais de desova. (IBAMA, 1997). Diante do exposto, percebe-se que desde meados do século passado a localidade vem sofrendo intervenções de cunho ambientalistas na região. Na década de 80 essas intervenções de cunho preservacionistas vão objetivar a criação de uma base do Projeto Tamar na localidade e do posterior repasse da área de preservação para os cuidados do próprio Tamar.

É relevante salientar que essa modalidade de política ambiental voltada para a criação e manutenção de áreas naturais protegidas é assentada em uma visão preservacionista – que emerge de um contexto norte americano de industrialização no final do século XIX e início do século XX – e parte do princípio de que o homem é necessariamente destruidor da natureza.

De acordo com John McCormick (1992), na virada do século XX o ambientalismo americano se divide entre os conservacionistas e os preservacionistas. O primeiro, tendo destaque de Gifford Pinchot, objetivava explorar os recursos naturais do continente americano, mas de modo racional e sustentável. Já os preservacionistas, dando destaque para John Muir, buscava preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, a proposta era preservar áreas naturais com grande beleza cênica, para que os indivíduos pudessem contemplar a mesma.

Diante do exposto, esse modelo de política preservacionista prevê uma assimetria em relação à natureza e a sociedade. Assim, de acordo com Antonio Carlos Diegues (1996), os preservacionistas americanos “*propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem*” (DIEGUES, 1996, p.11). Ainda nas palavras do autor:

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A. A noção de “wilderness” (vida natural/selvagem, subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 1996, p. 24).

Nesta mesma linha de análise, Joan Martínez Alier (2007) que identificou três correntes do ambientalismo fundamentadas em distintas visões de mundo acerca da questão ambiental<sup>7</sup>, trabalha com o conceito de “*culto ao silvestre*” para fazer referência a esta corrente preservacionista que surge em defesa da natureza intocada “*e do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para interesses materiais*” (ALIER, 2007, p.22). De acordo com este autor:

A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana. Existem gradações a respeito das proporções que as áreas protegidas toleram em termos de presença humana, se estendendo desde a exclusão total até o manejo consorciado com as populações locais. Os fundamentalistas do silvestre

<sup>7</sup> As três correntes do ambientalismo proposta por ALIER (2007) são: 1) Culto ao silvestre, 2) Evangelho da ecoeficiência, 3) Ecologismo dos pobres.

entendem que a gestão conjunta nada mais configura do que converter a impotência em virtude, sendo a exclusão o seu ideal. Uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos (ALIER, 2007, 24).

Ambos os teóricos mostram, portanto, que estamos falando de uma política ambiental com uma visão assentada na perspectiva de que o ser humano é o grande destruidor da natureza, não sendo possível a equação *preservação-presença humana*. Segundo Rinaldo Arruda (1999) “*a idéia que fundamenta este modelo é a de que a alteração e domesticação de toda a biosfera pelo ser humano são inevitáveis, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em estado originário, antes da intervenção humana*” (1999, p. 83), por isso, a necessidade da criação de espaços ambientalmente protegidos desta suposta presença destruidora do ser humano.

Retomado as reflexões de McCormick (1992) acerca dessa polarização no debate ambiental entre preservacionistas *versus* conservacionistas, vai a partir da segunda metade do século XX (posterior a Conferência de Estocolmo, 1972) se relacionar com a emergência de outro tipo de ambientalismo, que o autor define como Novo Ambientalismo. Assim, esse Novo Ambientalismo vai distinguir-se do antigo debate entre preservacionistas e conservacionistas e fomentar o que podemos chamar de ativismo político. Para o autor esse, muito mais que a preservação estética ou conservação racional do meio ambiente, para esse Novo Ambientalismo, o que está em jogo é a sobrevivência humana. (MCCORMICK, 1992).

## **A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FOZ DO RIO DOCE**

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce faz parte de um pacote maior de Unidades de Conservação (UC's), previstas para as regiões marinhas entre os estados da Bahia e Espírito Santo, todas relacionadas com proteção da região de Abrolhos-BA.

A região dos Abrolhos está localizada entre o sul do estado da Bahia e o norte do Espírito Santo, compreende uma expansão da plataforma continental de até 200 km, cobrindo aproximadamente 56.000 km<sup>2</sup> incluindo o Banco Royal Charlotte e o Banco dos Abrolhos, estendendo-se desde a foz do rio Jequitinhonha, até a foz do rio Doce. A região é um mosaico de habitats incluindo manguezais, bancos de algas calcárias, fundos inconsolidados e recifes de corais, formando a maior área recifal e com a maior biodiversidade do Atlântico sul.

Nesse sentido, o pacote de proteção para a região de Abrolhos prevê criação ou ampliação de quatro UC's: 1) Ampliação do Parque Nacional Marinho (PARNAM) de Abrolhos; 2) Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banco de Abrolhos; 3) Criação do Refugio da Vida Silvestre (REVIS) Baleia Jubarte; 4) Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável das Foz do Rio Doce.

De acordo com a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>8</sup>, a primeira e a terceira são unidades enquadradas na categoria de proteção integral, ou seja, não é permitida nenhum tipo de uso humano nessas unidades, já a segunda e a última estão enquadradas na categoria de uso sustentável, na qual é permitido o direito a moradia e uso dos recursos naturais de forma sustentável e desde que previstos no plano de manejo da unidade.

Em relação a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce – interesse dessa pesquisa – documentos apontam que desde o início dos anos 2000 havia o interesse de criação de uma área de preservação na região.

---

<sup>8</sup> Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Nesse sentido, o Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica, através do Projeto de Apoio à Criação de Unidades de Conservação<sup>9</sup> visando contribuir para o processo de criação de novas Unidades de Conservação no Estado do Espírito Santo, mapeou 30 áreas prioritárias e potenciais para a criação de UC's. Dentre as cinco áreas priorizadas<sup>10</sup> para a realização do projeto de criação dessas UC's, estava, portanto, a região do Delta do Rio Doce, localizada no município de Linhares. É importante ressaltar que esse foi um projeto realizado no ano de 2005.

Entretanto, desde 2002 já ocorrem iniciativas de criação de uma reserva preservacionista nessa região. Nesse ano correu, portanto, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para as Comunidades do Entorno da Reserva Biológica de Comboios<sup>11</sup>, no qual um dos principais resultados foi, portanto, a formulação da proposta para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce.

Conforme já salientamos, tendo em vista o SNUC, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável são Unidades de Conservação enquadradas na categoria de Uso Sustentável, no qual seu “objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000). Nessa categoria temos mais seis tipos de unidades: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Nesse sentido, de acordo como SNUC, a Reserva de desenvolvimento Sustentável é uma:

área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, 2000, P. 11).

Entretanto, apesar de prevê a moradia e o uso de populações tradicionais na área, os tipos de usos que serão de fato permitidos só serão definidos em um momento posterior a sua implantação, ou seja, a partir da elaboração do plano de manejo da unidade. Nesse sentido, torna-se relevante enfatizar que no interior desse tipo de unidade está previsto quatro zonas diferentes que possuem, portanto, usos também distintos: 1) Zona de proteção Integral, 2) de uso sustentável, 3) de amortecimento, e 4) corredores ecológicos. As localizações dessas zonas serão, portanto, definidas durante a elaboração do Plano de Manejo que deverá ser aprovada pelo Conselho Deliberativo da unidade. Ainda de acordo com o SNUC:

---

<sup>9</sup> Esse projeto também reconhecido como “Projeto Saberes da Mata: Um Jeito Participativo de Cuidar da Mata Atlântica” foi uma iniciativa financiada pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA).

<sup>10</sup> As outras quatro áreas priorizadas foram: (1) Serra das Torres, compartilhada pelos municípios de Atílio Vivacqua, Mimoso do Sul e Muqui; (2) Santa Lúcia, localizada no município de Santa Teresa; (3) Alto Misterioso, formada por áreas dos municípios de Itaguaçu, Santa Teresa, Itarana e São Roque do Canaã; e (4) Santa Leopoldina, localizada no município de mesmo nome e como última área de atuação.

<sup>11</sup> O Plano de Comboios, como ficou conhecido, foi realizado no ano de 2002, pela Fundação Pró-TAMAR, com recursos captados junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). É importante ressaltar que no Conselho Gestor (instância de avaliação, orientação e validação das propostas apresentadas) teve a participação de representantes da Associação de Moradores de Regência, Associação de Moradores de Povoação, Associação dos Pescadores de Regência, Associação Indígena Tupiniquins de Comboios, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Pró-TAMAR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Reserva Biológica de Comboios, Centro TAMAR e Prefeitura Municipal de Linhares.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (SNUC, 2000, p.12).

Diante do exposto, as reflexões de CREADO e FERREIRA (2011), acerca da metáfora do caleidoscópio para discutir sobre a criação das UC's e o do próprio SNUC são muito bem vindas nesse momento. As autoras defendem, portanto, esta metáfora do caleidoscópio para mostrar que há diferentes posições e argumentos acerca do discurso ambiental, que vão além da simples polarização desse discurso. Tomando emprestadas as palavras das autoras:

A metáfora do caleidoscópio é interessante, especificamente no caso do SNUC, para se considerar o fato de que, ao longo dos embates e negociações travados na elaboração desse documento legal, houve refinamento nas linhas de argumentação e mudanças, mesmo que contingentes, em posições ambientalistas (FERREIRA, 2004). Ou seja, inexistente uma dicotomia absoluta, embora ela possa ser marcante em certos momentos, no plano discursivo e em algumas arenas decisórias específicas (CREADO e FERREIRA, 2011, p. 4).

Quando refletimos essa metáfora do caleidoscópio a partir da localidade de Regência, e da Reserva Biológica de Comboios, que já existe na localidade e na possível Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce, podemos compreender como a proposta de uma gestão participativa descrita a partir dos planos legais (SNUC) e no próprio discurso de agentes ambientalistas na região toma proporções contraditórias no decorrer das suas práticas.

No próximo tópico vamos discorrer acerca dos agentes envolvidos nesse processo de criação da RDS Foz do Rio Doce e das possíveis racionalidades e interesses que estão envolvidos em suas ações.

## **OS AGENTES, AS RACIONALIDADES E OS INTERESSES.**

Tendo em vista os interesses desse paper, após termos apresentado o cenário e a proposta de criação da RDS-Foz do Rio Doce, vamos agora mapear os principais agentes envolvidos nesse processo para compreender quais são as diferentes formas de valoração do meio ambiente existentes entre esses diferentes agentes, bem como identificar as orientações e racionalidades que influenciam as suas ações. Antes de iniciarmos esse mapeamento dos agentes, é interessante ressaltar que o caminho analítico que guiou as investigações e as reflexões do presente trabalho esteve relacionado à abordagem da Ecologia Política, que “é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou conflitos sócio-ambientais” (MUNIZ, 2009, p. 185).

Nesse sentido, a Ecologia Política, enquanto uma ferramenta de análise dos estudos ecológicos “teve o impacto singular de colocar à vista os choques entre sistemas produtivos, e assim detalhar melhor os vínculos entre as mudanças econômicas e a crise ambiental” (LITTLE, 2006, p. 87). Além disso, a Ecologia Política possui como tema central de sua reflexão, as análises dos conflitos socioambientais decorrentes dessas diferentes visões acerca da realidade contemporânea:

Está preocupada em analisar problemas ambientais no contexto sócio-político, focalizando a identificação dos atores ambientais e os seus interesses específicos. A análise inclui as interdependências e divergências entre os atores nos diferentes níveis no eixo global-local, assim como as diferentes

racionalidades que orientam suas ações e, finalmente, os impactos de tais ações na configuração do meio ambiente no local (LASCHEFSKI e COSTA, 2008, p. 308).

Diante do exposto, até o momento da elaboração deste paper, a partir de pesquisa de campo, conseguimos mapear três grandes grupos de agentes sociais na localidade de Regência Augusta-ES, a saber: 1) os pescadores e pescadoras artesanais; 2) representantes de órgãos ambientais e ONGS ambientalistas; 3) representantes da atividade de extração de petróleo e gás na região<sup>12</sup>.

De acordo com LITTLE (2006), “o mapeamento das interações políticas ajuda ao pesquisador a entender a dinâmica própria de cada conflito (...). O entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões (...)”<sup>13</sup> (LITTLE, 2006, p. 92). Assim, procuramos constituir esse mapeamento das interações políticas como forma de expor o cenário do conflito e as distintas formas de apropriação e uso do espaço marinho na localidade de Regência Augusta-ES.

É importante salientar que esse mapeamento das interações políticas realizado nessa pesquisa é referente a um determinado recorte desse conflito, tendo em vista que, o processo de criação da RDS-Foz do Rio Doce ainda está em curso, podendo nesse sentido, ocorrer desdobramentos que não serão mapeados ou identificados na presente investigação, e diante disso vale ressaltar que, ainda de acordo com LITTLE, “(...) durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa” (LITTLE, 2006, p. 92).

Nesse sentido, o que as análises acerca do trabalho de campo nos tem direcionado é para a emergência de um conflito em relação ao uso e apropriação do espaço marinho na localidade de Regência Augusta-ES, ou seja, mesmo quando aparentemente há um consenso em relação à criação da unidade de conservação na localidade entre os dois grupos expostos, o interesse para criação dessa unidade e posterior uso dado a essa unidade, muitas vezes encontram interesses divergentes nos discursos de cada grupo.

Dessa forma, o grupo pesqueiro salienta que nos últimos anos o pescado vem diminuindo na região, tendo em vista, o aumento do número de pescadores, o aumento do número de grandes embarcações (traineiras) na região e a emergência de plataformas e pesquisas sísmicas em decorrência de atividades petrolíferas na região. Dessa forma, há uma grande preocupação por parte desse grupo em relação à continuidade da atividade pesqueira. O grupo salienta muitas vezes o receio em relação à reprodução material e cultural do mesmo.

A partir das reflexões de ALIER (2007), é possível compreender o interesse material desse grupo para a criação da reserva, tendo em vista uma possível demarcação do território marinho na localidade. Assim, trazemos para a reflexão a terceira corrente do ambientalismo, analisada por ALIER (2007), o “ecologismo dos pobres”, que de acordo com autor é uma corrente na qual os agentes sociais estão voltados para um debate mais amplo da questão ambiental e incorporando questões sociais a este debate. Nas palavras do autor:

---

<sup>12</sup> Em decorrência de um recorte para a elaboração desse paper, bem como as dificuldades de estabelecer contato com os representantes do terceiro grupo, vamos dar ênfase em dois grupos: 1) os pescadores e pescadoras artesanais; e 2) representantes de organizações ambientais, deixando, dessa forma, o terceiro grupo: representantes da atividade de extração de petróleo e gás na região para uma outra oportunidade.

<sup>13</sup> Nesse trabalho o autor propõe metodologias para uma pesquisa etnográfica dos conflitos socioambientais, não é o caso desta pesquisa, que apenas se propôs a fazer um estudo de caso.

(...) o eixo principal dessa terceira corrente não é uma reverência sagrada a natureza, mas antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje. (ALIER, 2007, p. 34).

Assim, o grupo 1 – referente aos pescadores artesanais – apresenta muitas vezes o interesse na criação de uma reserva na localidade, entretanto, há uma grande preocupação em como será gerida tal reserva e que tipo de uso será dado ao espaço marinho na localidade. Tendo em vista que, o grupo pesqueiro salienta que o interesse na criação de uma reserva na região é no intuito de criar um espaço demarcado para a realização da atividade pesqueira, evitando assim o conflito entre empreendimento *versus* pescadores artesanais e pesca industrial *versus* pesca artesanal.

Nessa mesma linha de argumentação referente a questões sociais englobadas no debate ambientalista, vale salientar as reflexões de LEITE LOPES (2004). Para o autor, a partir da década de 70, se configurou internacionalmente e inclusive no Brasil, uma nova questão pública, com diferentes dimensões, mas que tem como centralidade a questão da preservação ambiental. O autor chamou de “ambientalização dos conflitos sociais” o processo pelo qual o Brasil, bem como a Argentina, estão passando, de construção de novos fenômenos sociais em decorrência da interiorização das questões relativas ao meio ambiente. Assim, Lopes reflete a respeito da maneira como a linguagem e a forma dos conflitos sociais são transformadas pela interiorização dessa questão ambiental.

Esse processo, caracterizado por Leite Lopes (2006), estaria relacionado a cinco fatores, sendo eles: a) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; b) os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; c) a educação ambiental entendida como um novo código de conduta individual e coletiva; d) a questão da participação; e por fim e) a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LOPES, 2006, p. 36).

Diante do exposto, tais fatores estariam permitindo um reenquadramento de temas, argumentos e conflitos tradicionalmente reconhecidos como de natureza social, política e econômica e que atualmente, estes passaram a ser pensados a partir do foco ambiental, ou até mesmo socioambiental.

Nessa perspectiva, “o termo “ambientalização” é interpretado como um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos” (LOPES, 2004, p. 17). Para o autor, esse novo fenômeno implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas, bem como é uma fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos sociais.

Já o segundo grupo – representantes de órgãos ambientais e ONGS ambientalistas – possuem os interesses para a criação da RDS da Foz do Rio Doce no intuito de preservar uma importante biodiversidade marinha na região que segundo este grupo está comprometida tendo em vista a pesca predatória (advinda de embarcações de outras regiões) e outros tipos de atividades econômicas na região (como é o caso da atividade petrolífera). Além disso, a preservação de algumas espécies marinhas, como é o caso da tartaruga marinha, principalmente a “tartaruga de couro” e “tartaruga cabeçuda”, no qual a localidade é apresentada como o segundo maior ponto de concentração de desova dessa segunda espécie (TAMAR, 2007), também faz parte do discurso dos agentes desse grupo para a criação da unidade em questão.

Nesse sentido, trazendo novamente as reflexões de ALIER (2007), acerca das correntes ambientalistas, esse segundo grupo, pode ser refletido a partir da primeira corrente analisada pelo autor: “culto ao silvestre” (já trabalhado nesse paper). De acordo com essa corrente a forma de preservação do espaço natural está relacionada com a criação de áreas naturais protegidas, os parques naturais, cujos valores para a preservação estão relacionados a um conteúdo de sacralização da natureza bem como a questão



da estética, o que difere dos interesses do primeiro grupo, que possuem interesses muito mais materiais e de reprodução econômica e cultural de suas atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este paper teve o intuito de apresentar algumas reflexões acerca dos distintos interesses na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce, na localidade de Regência Augusta-ES. A referida reserva ainda não foi concretizada, tendo sido concluída a etapa de pesquisa e elaboração de relatórios e propostas, entretanto, está faltando à etapa de consulta pública que ainda não foi realizada. Nesse sentido, a partir de um aporte teórico da Ecologia Política, o objetivo de paper foi mapear os distintos agentes envolvidos na criação da reserva e os respectivos interesses em relação à criação da mesma. Assim, foram analisados dois grupos: 1) pescadores e pescadoras artesanais de Regência Augusta-ES; e 2) representantes de órgãos ambientais e ONGS ambientalistas.

As análises referentes ao primeiro grupo apontaram para interesses mais centrados em questões materiais para a criação da reserva, ou seja, há uma preocupação desse grupo, tendo em vista a escassez do pescado, em relação a sua reprodução econômica e cultural na região. Já o segundo grupo, possuem interesses mais direcionado a preservação ambiental, enquanto valores de preservação biológica do ambiente em questão.

É claro que esses interesses distintos para a criação da Unidade de Conservação na região podem ser somados e a partir disso representarem interesses para ambos os grupos. Entretanto, a partir de outros estudos acerca dessa temática (LOBÃO, 2010) percebemos uma grande dificuldade em equacionar o diálogo entre esses dois grupos, tendo em vista as diferentes racionalidades e assimetrias envolvidas nesse processo.

## REFERÊNCIAS

- ALIER, Joan Martinez. (2007). *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto.
- ARRUDA, Rinaldo. (1999). “Populações tradicionais” e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. *Revista Ambiente & Sociedade*, no. 5.
- BRASIL. **Lei 9.985**. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências, 2000.
- BICALHO, Charlene Sales. (2012). *Além da Superfície: Impactos do Desenvolvimento na Pesca Artesanal de Regência Augusta-ES*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo.
- CREADO, Eliana Santos Junqueira. E FERREIRA, Leila da Costa. (2011) *O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo*. Paper apresentado no Congresso I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS-UFES, realizado de 31 de Maio a 03 de Junho de 2011 - Campus Goiabeiras - Vitória – ES, no GT 3: Conflitos Socioambientais, Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental: Olhares Críticos e Abordagens Contemporâneas.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC.
- FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR. (2012) *Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para as Comunidades do Entorno da Reserva Biológica de Comboios*.

- IBAMA. (1997). *Plano de Manejo Da Reserva Biológica de Comboios*.
- IPEMA. (2009). Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica. Projeto saberes da Mata: *Contribuição ao Processo de Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce*. Vitória-ES.
- LOBÃO, Ronaldo. (2010). *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: Como uma política pública pode se transformar em uma política de ressentimento*. Rio de Janeiro: EDUFES.
- LOPES, José Sérgio Leite. (Coord). (2004). *A Ambientalização dos Conflitos Sociais: Participação e Controle Público da População Industrial*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Nucleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- LOPES, José Sergio Leite. (2006). *Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e Sobre Dilemas de Participação*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 31-64.
- LITTLE, Paul Elliot. (2006). *Ecologia Política como Etnografia: Um guia teórico e metodológico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 85-103.
- McCORMICK, J. (1992). *Rumo ao paraíso*. RJ, Relume-Dumará.
- MMA. (2012). *Proposição de Unidades de Conservação na Região de Abrolhos*.
- MUNIZ, Lenir Moraes. (2009). *Ecologia Política: O campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais*. Revista Pós Ciências Sociais, V. 6, nº 12.
- PENUD. (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. <http://www.pnud.org.br> (Visitado no dia 12/08/2013).
- SEMUS. (2012). Secretária Municipal de Saúde de Linhares-ES. Datasus/2012.
- SOUZA CRUZ, Deivison. (2005). *Diagnóstico Sócio-Cultural-Economico da População Pesqueira do Litoral Capixaba*. SEAP.
- TEIXEIRA, João Batista. (2007). *Levantamento e sistematização de informações para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce – ES*. Levantamento técnico.